

Governo faz e não sabe que faz

Paulo Renato, ministro da Educação, não sabia que está em vigor um programa nos moldes do bolsa-escola do Distrito Federal

André Campos e
Fernanda Melazo
Da equipe do Correio

A comunicação do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso está capenga. Ontem o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, afirmou desconhecer projeto lançado anteontem pelo ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, em Ribas do Rio Pardo, no Mato Grosso do Sul: a bolsa-desenvolvimento, ou Vale Cidadania, inspirada na bolsa-escola do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque.

Paulo Renato priva da intimidade do presidente. Mesmo assim, nin-

guém do governo se deu o trabalho de contar ao ministro a novidade. Durante a posse do ministro da Agricultura, Arlindo Porto, no Palácio do Planalto, Paulo Renato negou que o governo estivesse adotando o projeto.

"A notícia me surpreendeu. Não estou sabendo de nada. Portanto, não é verdade", afirmou ele. Mas, ao lado do ministro, o colega da Saúde, Adib Jatene, antecipava a verdade dos fatos e reclamava: "O governo está fazendo muitas coisas que não consegue divulgar".

PORTA-VOZ CONFIRMA

À noite, o porta-voz da Presidência da República, embaixador Sér-

gio Amaral, anunciou o que Paulo Renato ainda não sabia: "O Ministério da Previdência Social, particularmente a Secretaria de Assuntos Sociais, está concedendo bolsas para crianças na faixa de sete a 14 anos para assegurar a eliminação do trabalho infantil, sobretudo do trabalho forçado".

"Existe um grande número de crianças que trabalham em carvoarias no Mato Grosso do Sul. E o Ministério da Previdência Social e a secretaria Lúcia Vânia (Secretaria de Assuntos Sociais) assinaram um convênio com o governo do estado com o objetivo de repassar R\$ 2,7 milhões para o estado e seis prefeituras para beneficiar um grupo de aproximadamente 11 mil crianças", explicou o porta-voz.

A família da criança atendida pela bolsa-desenvolvimento recebe mensalmente R\$ 25. Outros R\$ 25 vão para a escola em que ela estiver matriculada. Os pais se obrigam a

manter o filho estudando e a tirá-lo do trabalho, permitindo às crianças passar o dia no colégio.

"Esses recursos serão dados às escolas e às famílias das crianças mediante o comprovante de que elas estão freqüentando as escolas", esclareceu Amaral.

FREQÜÊNCIA EXIGIDA

Para garantir a eficácia do programa, o Ministério da Previdência informou que as crianças beneficiadas terão que freqüentar 75% das aulas por mês. Se as faltas excederem a 25% sem justificativa a bolsa será cortada.

Em cada cidade uma comissão municipal acompanhará o projeto. O programa conta com o patrocínio dos ministérios da Justiça, do Trabalho e da Saúde, além do Fórum Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil do Unicef.

O porta-voz garantiu também

que a intenção por ora é aplicar o programa nas zonas de plantação de sisal da Bahia e de cana-de-açúcar no centro-sul do País, como antecipou ontem o **Correio**.

O governo, porém, descarta por enquanto a possibilidade de estender a bolsa-desenvolvimento a todo o País. "Esse projeto não tem, felizmente, um caráter nacional, porque tem um objetivo específico, que é retirar a criança do trabalho forçado. E portanto, isso terá um efeito localizado. Isto é: onde existe trabalho infantil em condições inadequadas", disse Amaral.

Mesmo diante das semelhanças, o Planalto parece preferir não vincular sua imagem ao governo petista do Distrito Federal. Segundo o porta-voz, o presidente considera o programa bolsa-escola positivo. E toda iniciativa a favor do ensino fundamental e que complementa a ação do governo federal é bem-vinda.